

A revolta Judaica contra Roma: uma antropologia da Guerra

Rosana Marins dos Santos Silva¹

Resumo: Este texto se propõe a analisar a situação social da Judéia no Século I da nossa era com vistas a entender as especificidades da cultura político-econômica da Região. A partir daí analisaremos, com a ajuda de grandes especialistas na área antropológica, os problemas encontrados pelos romanos na região neste tempo que impossibilitou um governo tranqüilo e diplomático, ao contrário, manifestando-se, desde cedo, em uma grande área de conflito e contínuas tensões.

Abstract: This paper aims to analyze the social situation of Judea in the first century of our era in order to understand the specifics of the political-economic culture of the region. From there we will analyze with the help of leading experts in the field anthropological problems encountered by the Romans in the region at this time that prevented a diplomatic and peaceful government, by contrast, manifesting itself early on in a big area of conflict and continuous tensions.

Uma característica distintiva comum na região do Mediterrâneo no séc.I a.C. era que toda a comunidade romana tinha uma base societária similar, caracterizada melhor como uma sociedade ruralizada. E nesta sociedade ruralizada é que os grandes proprietários estabelecem a agenda para o império tendo como base seus próprios interesses, valores e preocupações (MALINA, 2004:29). No sistema imperial, a aplicação essencial do poder era beneficiar as elites e seus servos pela aquisição adicional de terras e produtos – vegetal, animal, e humano. A principal manifestação desse poder era a exploração periódica necessária para a proteção romana em um sistema de tributação para o benefício das elites.

Contudo, em termos de economia formal todas as economias do Império Romano eram economias de subsistência. Produtores isolados podiam produzir somente o necessário para subsistir durante um determinado ano. A economia não tinha excedente. Então, como era

¹ Mestre em História Comparada pela UFRJ, Professora da Pós-Graduação das Faculdades Integradas Simonsen, Professora Pesquisadora do LITHAM-UFRRJ.

possível para as pessoas sobreviverem em economias de subsistência dado o tipo de controle e de constante extorsão aplicados pelo Império Romano sobre as pessoas que não pertenciam às elites?

Um conjunto básico de dispositivos é encontrado em vários sistemas de parentesco, famílias nucleares, famílias extensivas e organizações de clãs. Uma extensão desses dispositivos pode ser encontrada nas relações de pseudo-parentesco presentes em muitas sociedades camponesas. O status igual criava dispositivos para ajudar um ao outro em situações difíceis como vizinhos e amigos. Finalmente, há um número típico de mecanismos sociais camponeses que funcionam para equalizar a pobreza por meio de rituais de consumo visíveis, doações e, especialmente patronagem. A seguir Malina (2004) descreve como funcionava este sistema:

O primeiro laço patrono-cliente se estabelece entre duas partes desiguais em status, riqueza e influência. Segundo, a formação e manutenção do relacionamento dependem da reciprocidade na troca de bens e serviços. Entretanto, essas trocas mútuas envolvem bens e serviços não comparáveis. Numa transação típica, a pessoa de baixo *status* (cliente) receberá bens materiais e serviços destinados a reduzir ou melhorar as ameaças no seu ambiente, enquanto a pessoa de *status* alto (patrono) recebe menos recompensas tangíveis, tais como serviços pessoais, indicações de boa opinião, deferência ou lealdade (ou como em Roma, em certo tempo, serviços de natureza diretamente política, tal como o voto). Terceiro, o desenvolvimento e manutenção de um relacionamento patrono-cliente se apóia principalmente no contato face-a-face entre duas partes; as trocas incluídas nesse relacionamento eram de caráter altamente íntimo e particular e dependia dessa proximidade (MALINA, 2004:40).

Além disso, é necessário destacar outras características desta prática de relações sociais para entendermos melhor a situação das classes pertencentes à não-elite dentro deste sistema. As economias domésticas e políticas envolvem grandes áreas de terras com investimento mínimo por parte dos proprietários; o mesmo é verdade para suas atividades de extração. A administração econômica está preocupada mais com a expropriação do que com o desenvolvimento. A tributação existe para o benefício das elites, não para o bem comum. As atividades econômicas domésticas e políticas visam mais à expansão do controle dos domínios ou territórios cada vez maiores ao invés de olhar para o desenvolvimento interno. Há uma exploração intensiva dos recursos básicos naturais. Há um pequeno nível de especialização, com pouco interesse pela tecnologia.

Finalmente, o comércio é orientado aparentemente para as elites em outras cidades. Esse comércio é regulado pelas autoridades políticas e freqüentemente realizado por grupos externos recrutados. Estudos comparativos sugerem que as relações de patrono-cliente tendem a surgir onde a “autoridade é dispersa e a atividade do Estado tem alcance limitado, e onde há considerável separação entre os níveis do lugarejo, da cidade e do Estado” (SALLER, 1982:205). As relações de patrono-cliente fornecem parte da resposta à questão como um império tão vasto era governado por um corpo administrativo de tamanho tão diminuto não simplesmente na esfera da política e da administração, mas também num sentido sócio-econômico mais amplo.

A troca recíproca pessoal, mas vertical, de bens e serviços nas relações patrono-cliente opõe-se diametralmente às associações horizontais e à reciprocidade personificada dos laços de parentesco nas pequenas cidades. As ligações verticais de alguns camponeses solapam a solidariedade das comunidades campesinas. Entre os pobres urbanos romanos, não devemos imaginar que eles nem estavam satisfeitos com a dependência nem que o patronato de fato minorasse a fome e a pobreza. A elite romana valia-se do patronato apenas como um instrumento de controle social, uma forma de impor certa hegemonia sob bases consensuais.

Essa consolidação do poder por meio da transformação do sistema de patronato pessoal se evidencia na administração emergencial do império a partir da própria cidade imperial. O sistema de patronato tinha por fundamento o valor romano básico segundo o qual a honra e o prestígio, que todos clamavam para ter, derivavam do poder de dar o que os outros precisavam e queriam.

É de se presumir que este tipo de relação social trouxesse muitos benefícios mútuos para ambas as partes. No modelo provinciano local, para os funcionários o apoio dos notáveis locais seria necessário, entre outros motivos, para protegê-los de problemas futuros, como queixas de má administração. Para as elites locais eles teriam melhores condições do que outras pessoas na consecução de suas ambições, fossem estas o poder, a honra ou os ganhos materiais para si, caso conseguissem ter um bom relacionamento com os funcionários romanos, ou, o que era bem melhor, com o próprio imperador.

Augusto e seus sucessores governavam distribuindo *beneficia* como favores pessoais a senadores e cavaleiros. Como documenta Saller (1982):

Todas as magistraturas, cargos e honras senatoriais estavam à disposição do imperador(...)todas eram usadas- seja de modo direto, pelo imperador, ou indiretamente, pelos que lhe eram próximos- como *beneficia* nas relações patronais de troca(...)Além disso, considerava-se o patronato o método usual por meio do que particularmente novos homens garantiam o avanço na carreira senatorial (SALLER, 1982:45).

Os imperadores, contudo, não monopolizavam o patronato. Nem o podiam a fim de não solaparem o incentivo à gratidão pessoal da parte dos seus súditos. Antes se empenhavam em estimular, por meio de oferecimento de recursos, os patronos aristocráticos a recompensar seus clientes. Os imperadores bem sucedidos eram os que mantinham contentes os aristocratas imperiais ao lhes permitir a manutenção de seu exaltado *status* social, o que implicava a disposição para permitir que grandes casas exibissem sua influência patronal à maneira tradicional.

Na história judaica sabemos dos fatos sobre como jovem ministro-chefe de Hircano, Antípater, e seu filho, o jovem Herodes, caíram nas graças de destacados romanos como Júlio César, Marco Antônio e Otaviano. Por isso, não tardaram em declarar sua gratidão ao patrono romano em inscrições pública na construção de cidades importantes na província da Judéia como Tiberíades, Sebaste e Cesaréia.

Horsley (2004) afirma que foi por meio deste sistema de patronato pessoal que Roma, na qualidade de “Estado predatório” funcionava nas províncias. A idéia tradicional de que Roma apoiava as aristocracias municipais por todo o império e em contrapartida se beneficiava de sua adesão tinha aqui seu paralelo no nível pessoal. Assim como o imperador distribuía sua cota de *beneficia* a fim de comprar a lealdade da aristocracia romana, assim também o governador construía uma leal e útil clientela entre aristocracia provincial, recorrendo para isso tanto ao favorecimento de clientes em disputas locais como ao fornecimento do patronato necessário à entrada na aristocracia imperial. E prossegue:

Tendo o imperador como modelo tanto para as cidades remotas como para a própria Roma, a elite provincial e a romana lutavam por prestígio e nomeação para o sacerdotado, em particular como oficiantes em sacrifícios públicos, os

rituais que manifestavam a solidariedade dos organismos políticos de cidades, províncias e do império como um todo. A elite religiosa era a própria elite político-econômica. A elite político-econômica dominava a sociedade urbana e provincial precisamente graças a seu patrocínio e seu controle dos sacrifícios públicos e do culto ao imperador! Em linguagem paulina e dêutero-paulina, os ‘principados e poderes’ podem muito ter dado de si a impressão de forças cósmicas sobre humanas. Mas também eram forças bastante concretas, produtos humanos de instituições político-religiosas e de relações patrono-cliente que vieram a constituir as relações de poder da ordem imperial romana (HORSLEY, 2004:101-102)

Os reis dependentes e sumos sacerdotes que governavam a Judéia no séc. I a.C. eram partes integrantes da ordem imperial romana recém estabelecida no Oriente Médio. A face que Roma apresentava ao povo judeu era a dos reis herodianos e dos sumos sacerdotes em Jerusalém. Esta nova ordem mundial estabelecida por Roma como a única superpotência remanescente, porém, significava ruptura e desordem para povos subjugados do Oriente Médio como judeus.

Os romanos instalaram seus próprios governantes dependentes, os reis herodianos e os sumos sacerdotes de Jerusalém, que controlaram a área e, ao mesmo tempo, consolidaram um estilo de vida cada vez mais perdulária em reconstruções ou em cidades recém fundadas como Séforis e Tiberíades. Além do trauma e do terror militar, a ordem imperial que os romanos impuseram ao povo judeu significava camadas múltiplas de governantes e exigências de tributos e impostos, sobrecarregando assim o costume tradicional de dízimos e ofertas para sacerdotes do Templo. O impacto do controle imperial ocidental, e as tentativas dos governantes independentes para integrar a Palestina na economia imperial ocidental, e as tentativas dos governantes dependentes para integrar a Palestina na economia imperial romana mais ampla, ameaçavam a viabilidade e a continuação do modo de vida tradicional da Judéia.

Esta questão moral da sociedade de patronagem foi tratado por Anthony Hall (1977) que propõe uma distinção clara entre aquelas relações de apadrinhamento que se baseiam numa aceitação patente dos valores tradicionais por parte dos subordinados e as que se baseiam em formas de repressão óbvia por parte dos poderosos, num momento em que sentem que estão perdendo lentamente sua legitimidade. E prossegue:

Elas estavam centradas na aceitação geral, por parte dos membros da massa rural, do sistema sócio-econômico e da estrutura de valores que permitiam que eles fossem explorados. Desde que o sistema de apadrinhamento lhes garantisse os meios necessários de sobrevivência, eles retribuíam com lealdade ao seu senhor (HALL,1977:511).

Ou seja, na forma mais severa o sistema de patronato-clientelismo é um instrumento utilizado pela elite para a dominação de classes. Pode ser interpretado como a imposição de uma relação de dependência que mascara a exploração e a prepotência. No sistema de patronato o papel sacrificial do imperador não pode ser compreendido em isolamento, pois está ligado, intrinsecamente à sua filantropia e sua generosidade e, portanto, ao acúmulo de capital simbólico. No tocante a isso, sua atividade sacrificial serve de exemplo a todas as elites do império.

Portanto, o sacerdotado tinha uma função muito específica: ser um veículo para a institucionalização do evergetismo com relação ao povo de Roma e de compelir a elite senatorial a imitar a generosidade do imperador. Se os principais membros da ordem senatorial também dão, o evergetismo se torna um signo de responsabilidade social de toda uma ordem. E o fato de darem em consideração a um bem não político, um sacerdotado, bem puramente simbólico, deixa claro que o sistema evergético é para o bem do povo, que recebe reais benefícios em troca de concessão de honras. Contudo, Gordon (2004) destaca que:

Porque o verdadeiro propósito do dar não é receber honras, mas manter o poder e a riqueza da elite. Nunca se enfatiza o suficiente que o relativo 'sucesso' do Império romano, em comparação com outros impérios pré-industriais, bem mais violentamente extrativos e instáveis, reside em larga medida na extensão do sistema evergético de troca desigual de modo bem amplo em todo o império (GORDON, 2004: 136).

Pierre Grimal (1999) menciona que os candidatos ao sistema de favorecimento do Império Romano tinham que ser suficientemente ricos para enfrentarem as despesas decorrentes das honras e, em primeiro lugar, para fazerem à comunidade a dádiva de uma quantia, a *summa honoraria*, que é o agradecimento do eleito aos eleitores. E prossegue:

São os membros desta aristocracia de facto que contribuem para todas as despesas mais ou menos sumptuárias da pequena cidade: construção de monumentos, edificação de estátuas para decorar o fórum local ou para honrar um imperador cujo reinado se inicia. O valor supremo é a glória, ou pelo menos, a notoriedade. De vez em quando, em determinadas ocasiões, um notável oferece a todos os concidadãos um banquete público, muitas vezes acompanhado de uma distribuição de dinheiro. Muitas inscrições conservam a memória destes actos de generosidade, deste 'evergetismo' praticado em todas as regiões do Império. A própria idéia de poder é inseparável da de 'beneficência' (GRIMAL, 1999:111).

É evidente que o propósito maior desta filantropia não é aliviar a pobreza. Parte da função dos gestos filantrópicos é registrar e naturalizar as desigualdades do sistema social de cada comunidade, da mesma maneira como o patronato e a generosidade dos imperadores congregam e orquestram a hierarquia geral do sistema como um todo. As dádivas, as relações de respeito, dependência, autoridade e poder em que se apóia todo o sistema evergético. Em segundo lugar

A natureza daquilo que é dado, a distribuição de comida, vinho, azeite e dinheiro; as edificações; os produtos artísticos, os bens em prata para rituais; as fundações e orfanato- tudo isso constrói uma imagem daquilo que a comunidade precisa, imagem construída pela elite em termos de seus juízos próprios de valor. Perdulárias quantidades de bens para os deuses são postas lado-a-lado com necessidades de órfãos. Assim como assume responsabilidade pela comunidade, a elite assume responsabilidade pelos deuses. Assim, estabelece-se como principal transmissora dos valores centrais na comunidade. Ao mesmo tempo, a comunidade se torna dependente da elite no tocante aos recursos para o culto 'piedoso', isto é, equipa com itens adequadamente fornecidos em abundância de parafernália religiosa: a elite se insere sub-repticiamente na comunicação entre o aqui e o outro mundo, não reivindicando algum *status* mediador especial, mas fornecendo os elementos do culto. (GORDON, 2004: 139)

Desta forma, podemos entender que o sistema sacrificial é um dos vínculos essenciais entre o sistema imperial organizado no centro e o controle local exercido pelas elites locais na periferia. O evergetismo é o uso socialmente responsável da riqueza, e, por isso, como sistema, proclama a necessidade da desigualdade social. Além disso, o evergetismo sacrificial contribui muito para uma reformulação da noção de comunidade na ausência de estruturas políticas por meio das quais as aspirações da massa da população podem ter sido articuladas. Por outro lado, a parte desempenhada pelas elites, centrais e locais, na

manutenção do sistema sacrificial não era desinteressada, mas antes um elemento crucial no domínio que elas exerciam.

Certamente este tipo de sistema de controle social foi colocado pela política romana e apropriado pelas elites da Judéia. O camponês poderia esperar ansiosamente pela solução iminente de suas dificuldades. Contudo, os aristocratas judeus falharam em tradicionais papéis sociais. Ou seja, o sistema patronal na Judéia falhou trazendo um colapso na economia camponesa e aumentando a tragédia diante dos recorrentes males do campesinato.

As evidências, ou a falta de registros, mostram que as elites israelitas foram relapsas em suas obrigações para com os clientes locais. Sua preocupação era somente com o acúmulo de terras em detrimento do desaparecimento gradual das pequenas propriedades. Ao invés de mediar com os romanos pela situação do *status quo*, parece que os aristocratas de Israel escolheram usar seu próprio poder e a presença romana para obrigar o campesinato local para além de seus limites suportáveis.

Podemos aplicar ao fracasso da Judéia exatamente a descrição do sistema patronato-cliente feito por Wallace-Hadrill (1989) ao afirmar que:

A nobreza dirigente, os sacerdotes, magistrados juizes, conselheiros legais e gerais, formavam um só esquadrão de interceptação de todas as principais linhas de comunicação com o centro do poder estatal e os recursos que este tinha que distribuir. Seu sucesso no controle residia tanto no seu poder de recusar como em sua disposição a distribuir os bens. Desse ponto de vista, a incapacidade de algumas centenas de pessoas atenderem às necessidades de centenas de milhares, seu completo fracasso em minorar a pobreza, a fome e as dívidas, e, em verdade, sua exploração dessas circunstâncias a fim de garantir vantagens para si mesmos não podem ser vistas tanto como argumentos em favor da tese da impropriedade do patronato quanto como condições de seu florescimento (HADRILL, 1989:73)

Portanto, as sociedades agrárias, na região do Mediterrâneo, dão a impressão de uma certa injustiça na esfera distributiva. Um pequeno número de indivíduos gozava de imenso luxo gastando em um dia bens e serviços suficientes para a manutenção de um grande número de pessoas em um ano, enquanto isso uma parte considerável da população era negada a satisfação das necessidades básicas da vida.

John Kautsky (1982:20-21,25) atribui esta disparidade social a um fenômeno político que ele distingue entre Impérios mercantis e Império Tradicional. Nos impérios agrários

tradicionais, a aristocracia toma o produto excedente da classe camponesa; no império agrário mercantil, a aristocracia toma a terra da classe camponesa. O primeiro devora o esforço e o produto dos camponeses, o segundo aquilo que lhe confere identidade e dignidade. A comercialização da terra empurra um grande e crescente número de camponeses “ladeira abaixo”, de dono de uma pequena propriedade para arrendatário, depois para diarista, para mendigo e muitos para bandidos.

Kautsky (1982:18) ao analisar os impérios tradicionais, diz que os aristocratas “vivem à custa” dos camponeses. Desta forma, há uma relação unilateral: o aristocrata toma e o camponês dá, ou seja, não há uma reciprocidade na relação entre aristocrata e camponês. Nos impérios tradicionais, a classe camponesa e a aristocracia vivem quase que em mundos diferentes; além da expropriação da produção excedente em forma de aluguéis, pedágios, impostos, ou exigências de trabalho, a última quase não interferia na primeira, mesmo que o camponês fosse rebaixado à condição mínima de subsistência ele continuava dono de sua terra e livre para usá-la.

Nos impérios mercantis, porém, a aristocracia além de aumentar impostos até reduzir o camponês ao nível mais baixo de subsistência, ela também poderia tomar sua terra tornando-o arrendatário ou trabalhador na terra que outrora possuía como herança familiar. Isso se dava pelo fato de que a tributação crescente achatava tanto as condições de vida que o endividamento progressivo era inevitável. Este, por sua vez, levava à expropriação da terra à medida que os devedores se tornassem insolventes e as hipotecas fossem executadas.

Assim, a principal indicação para esta diferença entre estes dois tipos de impérios é a questão da alienabilidade da terra. No império tradicional, caso da Judéia, a terra é herança familiar a ser conservada pela classe camponesa. No império agrário mercantil, a terra é mercadoria empresarial a ser explorada pela aristocracia. A comercialização rural, a expropriação da terra e a degradação do camponês são mais ou menos sinônimos. E à proporção que aumentam, aumentam também as incidências de resistência, rebelião e revolta camponesa. Como diz Kautsky (1982):

Acima de tudo, o camponês, ao contrário do fazendeiro, não considera a terra como capital ou mercadoria (...). A terra se torna alienável e uma mercadoria apenas sob o impacto da comercialização, como aconteceu na Grécia, em Roma,

no império chinês, e na Europa medieval. No império aristocrático tradicional a terra não se compra ou vende. A habilidade para explorar os camponeses na terra – e, neste sentido, sua própria terra- pode ser passado de um aristocrata para outro por conquista, acordo, ou herança, mas, sujeito a exploração aristocrata, o camponês é um homem que tem o efetivo controle de um pedaço de terra ao qual ele está ligado por laços de tradição e sentimento. A terra e ele são partes de uma coisa só, um velho corpo estabelecido de relacionamentos, independente de se o camponês é legalmente o dono ou arrendatário, livre ou servo (KAUTSKY, 1982:273).

Certamente, os camponeses, que durante séculos aceitaram seu modo de vida de subsistência e a apropriação do excedente, sentem na comercialização o cheiro de ruína e se esforçam por obter não só a restauração do direito de explorar as bases tradicionais de seu modo de vida, mas visões mais utópicas, de igualdade social e, acima de tudo, a liberdade para viver segundo os costumes de seus ancestrais que eles consideram o mundo ideal. Max Weber (2004) também prevê este tipo de conflito ao argumentar que:

Nessa expansão, interesses capitalistas no solo podem entrar em conflito com aqueles dos camponeses. Esse conflito desempenhou um papel importante, na política de expansão de Roma, durante a longa época das lutas estamentais até o tempo dos Gracos: naturalmente, os grandes proprietários de dinheiro, gado e escravos desejavam ver tratado o solo recém-conquistado como terra pública arrendável (*ager publicus*), enquanto os camponeses, desde que não, se tratasse de regiões excessivamente remotas, exigiam sua distribuição para prover seus descendentes com terras (WEBER, 2004:168).

Ao que tudo indica, à medida que a comercialização rural vai destruindo o modo de vida do camponês tradicional rompendo a rede de segurança baseada nas relações de parentesco na aldeia, na tentativa de mudar a condição da terra de herança familiar inalienável em mercadoria comercial negociável, a resistência camponesa aumenta gerando uma rede de conflitos como prelúdio de uma rebelião armada. Também podemos crer que a comercialização da terra não só transtorna vida camponesa no que diz respeito à sua relação com a terra, mas também com a vida tradicional na cidade e até na metrópole. Esta comercialização pode tornar relativo a importância dos sacerdotes, negar o valor e do Templo e todo o aparato religioso, mudar a validade da lei, costumes e moralidade. Para Crossan (2004) isto é uma combinação um tanto perigosa, porque:

As tradições constitutivas do judaísmo envolviam um Deus de justiça e direito em relacionamento pactual com um povo de justiça e direito sob uma lei de justiça e direito em uma terra de justiça e direito. Na lei sagrada, na crítica dos profetas e na sabedoria dos escribas, este Deus levanta-se contra a opressão e a exploração, contra o endividamento, a escravidão e a perda da propriedade, contra tudo que aumentasse a desigualdade e destruísse a igualdade. Como fundamento da vida, a terra não era simplesmente uma mercadoria para manipulação empresarial comum: a terra pertencia a Deus; os membros do povo de Deus eram todos arrendatários da propriedade divina. Então, surgiu o imperialismo romano, que procurava a terra para a exploração comercial e também expansão territorial. Era previsível que a tradição judaica se chocasse com essa política romana. E se chocou, não só porque em geral os camponeses resistem à comercialização rural, mas também (e principalmente) porque os camponeses judeus tinham uma tradição longa e sagrada de tal resistência (CROSSAN, 2004:220)

Aqui a tradição e o comércio se conflitam fortemente no ponto da comercialização rural, em que a terra para os romanos era um bem empresarial, e a tradição legal, onde para alguns judeus a terra era uma dádiva divina. Por isso entendemos que as relações entre os judeus tradicionais e os romanos imperiais se tornaram insuportáveis e desastrosas. O duro tratamento dado a muitos israelitas por seus governantes selêucidas, a crescente influência do helenismo e sua sedução para alguns israelitas e aversão para outros, e os abusos de governantes hasmoneus posteriores foram fatores que levaram à divisão.

Ao longo do período de 165 a.C. a 100 d.C., a liderança, ou o corpo principal, foi mudando. Não era, de forma alguma, um grupo fixo. Tanto os que estavam no poder como os que se sentiam oprimidos e alienados mudavam com frequência durante este período. Nesse espaço de tempo, essas facções estavam competindo por controle e influência na sociedade judaica. Essas facções podiam cair rapidamente em boas graças ou em desgraças nas mãos dos dirigentes judaicos. Sua situação no poder dependia do estado de sua relação com quem aqueles que estão no poder, porque eles se apóiam no suporte e na proteção dos governantes. Isto porque, segundo Weber (2004:186), toda relação associativa que ultrapasse as fronteiras das associações políticas, não quer, necessariamente, o estabelecimento de uma nova dominação política, mas uma dominação territorial, ou seja, a influência sobre um poder já existente.

Desta forma vários grupos existentes na Palestina do século I d.C. vão reagir de modo diverso às ameaças trazidas pelo imperialismo romano. Pelo menos três tipos de ameaças podem ser verificadas neste período. Em primeiro lugar, os movimentos apocalípticos são

uma reação a um profundo ataque à integridade cultural, a uma ameaça de ordem político-religiosa e sócio-econômica. Além disso, há o perigo que pode ser real ou imaginário, depende de como é percebido. Finalmente, pode ser interno ou externo: pode implicar na reação de um grupo que já ocupou uma posição de poder e *status*, mas que agora está marginalizado e desprivilegiado; ou pode a reação de toda uma sociedade colonizada dentro de um contexto imperialista.

Samuel K. Eddy (1961:335) sugere a existência de quatro formas básicas de resistência: a passiva, a militante, a messiânica e a proselitista. A resistência passiva surgiu em todas as culturas, e envolvia um retorno a lendas arcaicas sobre os heróis mais antigos de cada povo. A resistência militante surgiu com mais força na Palestina e no Egito, mas é possível que também tenha ocorrido na Pérsia. Ela sempre se faz acompanhar de uma resistência messiânica, que prega uma intervenção de um ser divino que expulsa os estrangeiros usurpadores de seus territórios de forma a restaurar o país ao seu estado de independência. A resistência proselitista só foi encontrada na Pérsia e na Palestina; nela se procura convencer os infiéis a se converterem dentro da vitória messiânica.

Segundo Samuel K. Eddy (1961:340), uma característica em comum para todos estes tipos de resistência é exatamente a ameaça ante uma cultura de dominação estrangeira que ameaça destruir ou modificar a antiga. Esses casos de reação político-religiosa contra uma cultura excessivamente sedutora, uma superioridade militar esmagadora, uma exploração econômica insuportável e uma discriminação social arrogante formam uma tipologia intercultural geradora de distúrbios tais como encontramos na Judéia do séc.I d.C.

Podemos concluir que o processo de romanização acentuou as graves tensões sociais e econômicas que levaram à parte da população nativa da Judéia, cujo modo de vida era pautado pela estrita observação da lei mosaica, às repetidas demonstrações de rebelião em toda a história romana. Esta tensão foi, sem dúvida, produzida pelo contraste de estilos diferentes de vida econômica. O Império Romano era mercantil ao invés de tradicional. Estava interessado não apenas em manter a posse de territórios e cobrar impostos, mas também em desenvolver territórios e aumentar receitas. Sobrepondo a isto, está a tradição judaica com sua insistência em um Deus de direito e justiça, que mantinha um povo no direito e na justiça, por uma lei de direito e justiça em uma terra de direito e justiça.

Referências bibliográficas

- CROSSAN, John Dominic. *O Nascimento do Cristianismo. O que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulinas, 2004.
- EDDY, Samuel K. *The King is Dead. Studies in the Near Eastern Resistance to Hellenism, 334-31 B.C.* Lincoln: University of Nebraska Press, 1961.
- EINSENSTADT, Shael Noah. *The Political Systems of Empires*. Nova Jersey: transaction Publishers, 1969.
- GORDON, Richard. *O Véu do Poder*. IN: HORSLEY, Richard A. *Paulo e o Império. Religião e Poder na Sociedade imperial romana*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1999.
- HADRILL, Andrew Wallace (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.
- HALL, Anthony. *Social relations of Power*. IN: SCHMIDT, Steffen W. et alli. *Friends, Followers, and factions: A reader in Political clientelism*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1977.
- HORSLEY, Richard A (org.). *Paulo e o Império. Religião e Poder na Sociedade imperial romana*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Paulus, 2004.
- KAUTSKY, John H. *The Politics of Aristocratic Empires*. North Carolina: University North Carolina Press, 1982.
- MALINA, Bruce J. *O Evangelho Social de Jesus. O Reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. Trad. Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2004.
- SALLER, Richard P. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge, London: Cambridge University Press, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 3ª ed. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. Vol 2.